

Dentre as formas e meios disponíveis, catalogam-se, em primeiro lugar, os investimentos em capital humano, via educação e saúde (mais para o benefício das novas gerações do que da atual) e, simultaneamente, o aperfeiçoamento dos sistemas de assistência técnica e extensão rural, o estímulo a formas organizativas dos produtores e sólidos investimentos em geração e difusão de tecnologias apropriadas para os pequenos produtores. Somente o investimento em capital humano terá o potencial de, efetivamente, eliminar poderosas imperfeições no mercado de mão-de-obra. A assistência técnica especializada, patrocinada pelo Poder Público, tem a possibilidade de substituir a educação formal para os produtores adultos de hoje. A tecnologia apropriada deverá, simultaneamente, ser eficiente tecnicamente e não representar fonte insuportável de riscos para os pequenos produtores.

A política fundiária tem o seu papel. A reforma agrária, em primeira instância, representa uma etapa necessária para a solução do problema de renda dos segmentos mais pobres. Já a regularização fundiária tem o potencial de resolver o problema de insegurança de milhares de posseiros – que afeta a sua disposição em investir – ao mesmo tempo em que ativa e dá maior fluidez ao mercado de terras ocupadas pelos posseiros.

#### REFERÊNCIAS

- ALVES, E.R. de A. **Os desafios da extensão rural brasileira**. Brasília, s.e., 1987. 79 p. (a ser publicado).
- ÁVILA, A.F.D.; OLIVEIRA, A.J. & CONTINI, E. **A pesquisa agropecuária e o pequeno produtor: a experiência da EMBRAPA**. Brasília, EMBRAPA/Dep. Difusão de Tecnologia, 1986. 39 p.
- BARBOSA, T. **O mercado de terras no Brasil e os pequenos produtores**. Brasília, s.e., 1987. 32 p. (a ser publicado).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo agropecuário; censos econômicos - 1985**. Rio de Janeiro, 1987.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Programa de regularização fundiária do Nordeste; projeto INCRA/BID**, Brasília, 1981. 1v.
- MUELLER, Charles E. **Censos agropecuários; ensaio especial. Agroanalysis**, 11(6): 8-21, jun. 1987.

# A PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS

José de Anchieta Monteiro <sup>1/</sup>  
Leda Morais de Andrade Resende <sup>2/</sup>

#### INTRODUÇÃO

A análise relativa à pequena propriedade agrícola pode ser conduzida sob vários aspectos. O ângulo mais importante talvez seja a sua formação histórica, onde se analisam a sua relação com a grande propriedade e o seu papel no abastecimento da população brasileira. Vejam-se, por exemplo, Guimarães (1977) e Prado Júnior (1979). Conquanto se tenha alterado no tempo, a estrutura agrária continua concentrada e persiste a pequena propriedade ao lado da grande. Resta saber, no estágio de desenvolvimento capitalista do Brasil de hoje, que papel é reservado a esta pequena propriedade e o que se espera dela nos próximos anos. Não cabe aqui, neste trabalho, uma análise assim, mas, pela sua importância, permeia todo o raciocínio que se desenvolve.

A eficiência econômica da pequena propriedade é, dentre outros, aspecto relevante da análise. Como máxima do pensamento econômico neoclássico, os agricultores, não importa o tamanho da propriedade, procuram otimizar o uso dos seus recursos para obtenção de renda. São, portanto, eficientes. Muitos deles são pobres, mas eficientes, conforme Schultz

(1965). Um ângulo ainda não-explorado é a eficiência social da pequena propriedade, especialmente o seu potencial de proporcionar uma vida digna ao seu proprietário e, a quem, ou a que grupos, interessa a sua existência.

A pequena propriedade foi colocada como um local onde a grande propriedade dispunha de uma reserva de mão-de-obra. Hoje pode ser este ainda o caso, apesar da mecanização da maioria das operações na grande propriedade e, também, apesar de grande parte dos trabalhadores rurais morar nas periferias das cidades. Não é só ali, próximo à grande propriedade, que se armazena a mão-de-obra, principalmente a temporária.

Houve quem apontou que não só a sua existência mas a forma de ampliação da pequena propriedade, em algumas regiões de fronteira, funcionam como uma maneira de protelar a implantação efetiva de uma política de geração de empregos, Padis (1981). Ainda hoje, a sua manutenção e ampliação podem ser entendidas como uma medida política de equilíbrio social, pois, na mesma medida em que se amenizam os conflitos de terra, retarda-se o êxodo rural-urbano para não agravar ainda mais o quadro de violência e marginalidade nas grandes e médias cidades brasileiras.

Os contrastes da economia brasileira

<sup>1/</sup> Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup>, D.S. – Pesq./EMBRAPA/CNPMS – Cx. Postal 151 – 35700 Sete Lagoas-MG.

<sup>2/</sup> Ciências Sociais, MS – Pesq./EPAMIG – Cx. Postal 515 – 40180 Belo Horizonte-MG.



podem estar, ainda, determinando a re-produção da pequena propriedade. Grande parcela da população urbana, dispendo de renda pessoal muito baixa, faz com que o abastecimento urbano ocupe ponderável parcela de preocupação governamental no sentido de amenizar os conflitos que daí podem surgir. Essa preocupação se traduz na intervenção dos produtos destinados à alimentação, procurando manter baixos os níveis de preços e assegurar ao mesmo tempo o abastecimento. Isso faz com que a grande parcela de pequenos produtores acabe por se dedicar à produção de alimentos para seu próprio sustento, lançando no mercado apenas o excedente.

Há de se reconhecer, contudo, que hoje uma parte das pequenas propriedades são empresas capitalistas com alta produtividade da terra e da mão-de-obra, dedicando-se a atividades altamente rentáveis, como a olericultura, avicultura e suinocultura.

O que aqui foi feito por ser possível, e que constitui o escopo do trabalho, é dimensionar a pequena propriedade em Minas Gerais e analisar a sua importância em termos de produção agrícola e de ocupação de pessoal. Este dimensionamento não esgota o assunto e pretende ser uma análise a partir de um conjunto de informações disponíveis sobre a realidade do setor agropecuário.

Mas, antes de se passar à apresentação e exame dos dados, é conveniente que sejam esclarecidos alguns pontos. A preocupação central é com a pequena propriedade agrícola, que não tem o mesmo sentido que a pequena produção agrícola. Duas justificativas se colocam: a primeira delas é a transparência dos dados do IBGE. A estratificação feita por área da propriedade facilita o entendimento quando comparada com aquela feita por áreas com lavouras. A segunda é que esta preocupação vem de encontro ao esforço que se faz em nível federal para realização de uma reforma agrária no país.

O limite superior da propriedade de interesse desta análise foi tomado como sendo 100 ha. Isto é inteiramente arbitrário, como é óbvio, pois não é possível a determinação de limites precisos. As fazendas de mais de 100 ha foram agrupadas em um único estrato, porque a atenção não é para elas, senão como ponto de comparação. Entre as demais, procurar-

se-á destacar aquelas de menos de 10 ha, pois muitas destas são verdadeiros minifúndios. Entre 10 e 100 ha, divididas em dois estratos, estão propriedades médias, que podem ser altamente eficientes.

Os agregados para 1985, em alguns casos, são um pouco diferentes dos de 1980. As situações serão esclarecidas nos quadros ou nos textos. Quando as informações o permitem, a análise é regionalizada, adotando-se regiões para efeito de planejamento em Minas Gerais que, resumidamente, são as seguintes: Região I (Zona Metalúrgica e Campos das Vertentes), Região II (Zona da Mata), Região III (Sul de Minas), Região IV (Triângulo e Alto Paranaíba), Região V (Alto São Francisco), Região VI (Noroeste e Norte de Minas), Região VII (Jequitinhonha) e Região VIII (Rio Doce).

#### A PEQUENA PROPRIEDADE EM MINAS GERAIS

As propriedades de menos de 100 ha em Minas Gerais representavam 81,46% das propriedades agrícolas mineiras em 1980, passando a 83,72%, em 1985. Houve, portanto, um crescimento de 18,44% no número dessas propriedades, contra 15,25% no total (Quadro 1).

As propriedades menores que 10 ha representavam, em 1980, 28,77% do total, passando a 33,47% em 1985, com uma taxa de crescimento, 34,06%, substancialmente maior do que em qualquer outro estrato ou no total. Este dado não deixa de ser preocupante, uma vez que estudos disponíveis (Padis 1981) mostram que significativa parcela dessas propriedades, pelo menos, não tem condições de gerar renda que proporcione vida digna ao proprietário, em nível da agricultura convencional.

O aumento do número de chácaras e outras pequenas unidades de lazer, principalmente em regiões de maior densidade de urbanização, não é desprezível, embora não se disponha de informações a respeito. Este fato atenua o fenômeno, mas não lhe tira a importância. Uma das razões pode ser ainda a divisão por herança. Em favor do argumento, como se verá adiante, a área deste tipo de propriedade cresce menos que proporcionalmente ao número, e a área média por proprietário cai de 1980 para 1985 (Quadros 1 e 2).

As propriedades que possuem entre 10 e 50 ha crescem, em número, de 1980 para 1985, 11,43%; aquelas com área entre 50 e 100 ha, 5,36%; e as de mais de 100 ha, apenas 1,20%. Portanto, as médias e maiores cresceram, em número, a um ritmo muito mais lento que as pequenas. Mesmo o efeito herança parece ser aí menos significativo, seja porque as famílias são menores, seja porque alguns dos seus membros podem ter tido melhores oportunidades fora do setor. Isso realça o ponto de vista anterior relativo ao efeito colateral negativo do aumento do número de pequenas propriedades. Isto porque, em tese, estes proprietários mais carentes e mais pobres possuem famílias maiores, menor grau de educação e, por isso, mesmo os membros mais jovens têm menores oportunidades do que outros jovens fora do setor.

A área ocupada pelas propriedades de menos de 10 ha cresceu 24,43%; pelas de 10 a 50 ha, 9,18%; pelas de 50 a 100 ha, 4,86% e a área ocupada pelas maiores de 100 ha decresceu 3,15%. Em consequência, a área média por proprietário caiu em todos os estratos, porém com maior expressão nas menores de 10 ha e nas maiores de 100 ha. As mudanças foram as seguintes: a área média por propriedade, no estrato de menos de 10 ha, passou de 5,01 ha em 1980 para 4,65 ha em 1985. Na mesma ordem, para o estrato 10 a 50, passou de 24,92 ha para 24,42 ha; no de 50 a 100, de 71,33 ha para 70,99 ha; no estrato com propriedades com área acima de 100 ha passou de 410,63 ha para 392,99 ha e, no total, de 96,80 ha para 83,41 ha (Quadros 1 e 2).

No Quadro 2 coloca-se o retrato da realidade da estrutura agrária no Estado de Minas Gerais, que parece estar revelando um fato fundamental: a fronteira agrícola, ou a existência de terras ainda não-apropriadas, acha-se praticamente esgotada, e a urbanização tenderá a se expandir sobre terrenos agrícolas. A tendência é, portanto, a reprodução, cada vez mais, de um número de unidades cada vez menores. O limite para esse movimento deve ser a possibilidade de se obter um mínimo de sobrevivência e o aspecto legal, que impede subdivisões além de determinado tamanho de área.

A tendência mencionada, se verdadeira, conduzirá a uma gradual descon-



QUADRO 1 – Número de Estabelecimentos, segundo Grupos de Área Total. Minas Gerais, 1980 e 1985

Grupos de Área Total (ha)	1980			1985		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada
Menos de 10	137.804	28,77	28,77	184.743	33,47	33,47
10 – 50	189.273	39,52	68,29	210.903	38,21	71,68
50 – 100	63.080	13,17	81,46	66.459	12,04	83,72
100 e mais	88.780	18,54	100,00	89.847	16,28	100,00
Total	478.937	100,00	–	551.952	100,00	–

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.  
FONTE: IBGE (1980 e 1985).

QUADRO 2 – Área Ocupada pelos Estabelecimentos, segundo Grupos de Área Total. Minas Gerais, 1980 e 1985

Grupos de Área Total (ha)	1980			1985		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada
Menos de 10	688.926	1,49	1,49	858.493	1,86	1,86
10 – 50	4.717.046	10,17	11,66	5.150.060	11,19	13,05
50 – 100	4.499.422	9,71	21,37	4.718.231	10,25	23,30
100 e mais	36.455.892	78,63	100,00	35.308.968	76,70	100,00
Total	46.362.286	100,00	–	46.035.752	100,00	–

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.  
FONTE: IBGE (1980 e 1985).

centração da propriedade da terra no Estado, porém muito lenta, mas sem dúvida útil, não fosse o acentuado aumento das propriedades muito pequenas, de menos de 10 ha. Talvez o interessante fosse que as médias propriedades ganhassem área e número a partir das muito pequenas e das muito grandes, diminuindo acentuadamente a importância desses extremos, melhorando substancialmente a distribuição da renda no setor. Por exemplo, conservando a estrutura concebida nos Quadros apresentados, se toda a área com propriedade de menos de 10 ha fosse dividida em propriedades de 24,42 ha (área média atual das propriedades de 10 a 50 ha), e se toda a área com fazendas de mais de 100 ha fosse dividida em fazendas de 70,99 ha (área média atual das proprieda-

des de 50 a 100 ha), ter-se-ia um total de 809.896 propriedades, 46,73% a mais do que as atuais 551.952 propriedades existentes em 1985. Seriam 258.000 famílias a mais no campo, que representam 7,66% das famílias mineiras em 1985, tomando-se a média nacional de 4,34 pessoas por família (IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1986).

#### A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE POR REGIÃO

O Estado de Minas Gerais, para efeito de planejamento, está dividido em oito regiões, cada uma das quais mostrando relativa homogeneidade, em nível mais agregado, de características edafoclimáticas e condições econômico-sociais. Esta divisão é importante pela diversidade de

situações que prevalece no Estado. A própria estrutura agrária e, conseqüentemente, a presença e importância da pequena propriedade são diferenciadas por região e fruto de tal diversidade.

A distribuição percentual do número de estabelecimentos agrícolas e da área ocupada por estes estabelecimentos, em 1985, não é substancialmente diferente daquela que ocorreu em 1980 (Quadro 3).

Algumas observações são evidentes. A Região III (Sul de Minas) detém o maior número de estabelecimentos (23,34% em 1980 e 23,18% em 1985). A maior parcela da área, no entanto, pertence à Região VI (Nordeste e Norte), com 25,64% em 1980 e 24,46% em 1985. Como resultado desta discrepância, a área média das propriedades do Sul de Minas,



QUADRO 3 – Distribuição do Número e da Área dos Estabelecimentos Agropecuários, por Região de Planejamento. Minas Gerais, 1980 e 1985

Regiões de Planejamento	1980				1985			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
I	49.764	10,35	2.884.517	6,22	60.824	10,97	2.867.377	6,23
II	73.661	15,33	3.259.244	7,03	80.879	14,59	3.215.194	6,98
III	112.192	23,34	5.493.637	11,85	128.521	23,18	5.433.742	11,80
IV	37.662	7,84	7.241.560	15,62	43.318	7,81	7.505.781	16,30
V	32.357	6,73	5.055.650	10,90	36.415	6,57	4.978.829	10,82
VI	56.554	11,77	11.888.475	25,64	69.274	12,49	11.260.218	24,46
VII	53.000	11,03	4.987.087	10,76	62.455	11,26	5.186.506	11,27
VIII	65.441	13,61	5.552.101	11,98	72.848	13,13	5.588.087	12,14
Total	480.631	100,00	46.362.271	100,00	554.534	100,00	46.035.734	100,00

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.

Nota: A diferença entre os totais nos Quadros 1, 2 e 3 dizem respeito aos imóveis sem declaração e a erros de arredondamento.

FONTE: IBGE (1980 e 1985).

de 42,28 ha, é uma das menores, e a média na Região VI, de 162,55 ha, é uma das maiores.

Entre 1980 e 1985, observaram-se um crescimento de 15,38% no número de estabelecimentos para o Estado e uma redução de 0,7% na área ocupada por tais estabelecimentos. Quanto ao número, por região, os maiores acréscimos aconteceram na Região I (Metalúrgica), de 22,22% e na Região VI, de 22,49%, e os menores na Região II (Zona da Mata), de 9,8%, e na Região VIII (Rio Doce) de 11,32%. Em relação à área, nota-se aumento nas Regiões IV (Triângulo-Alto Paranaíba), de 3,65%; VII (Jequitinhonha), de 4,0%; e um ligeiro aumento, de 0,65%, na VIII (Rio Doce).

As demais regiões apresentaram queda na área ocupada pelos estabelecimentos, salientando-se a que ocorreu na Região VI (Nordeste e Norte), de 5,28%, provocando, em decorrência, uma substancial queda na área média por propriedade da Região. Provavelmente para isso contribuíram os programas de assentamento dirigido, em perímetros irrigados ou não.

A análise regional por estrato conduz a uma separação das regiões em três grupos distintos: no primeiro grupo estão as regiões I, II e III, onde aproximadamente 40% dos estabelecimentos têm área inferior a 10 ha (Quadro 4), ocupando cerca

de 3 a 4% da área (Quadro 5). Nessas regiões também é significativa a presença das fazendas entre 10 e 100 ha. A sinopse do Censo de 1985, para estes dados, não separa os estratos em 10 a 50 e 50 a 100, mas engloba em um único de 10 a 100 ha. As fazendas com área acima de 100 ha representam 10 a 12% do total, em número, e 50 a 60% em área.

O segundo grupo, formado pelas regiões IV e V, apresenta o grau de concentração mais forte no Estado, pois 12 a 15% das propriedades possuem menos de 10 ha e ocupam algo como 0,5% da área. Entre 30 e 40% das propriedades possuem área superior a 100 ha e ocupam acima de 80% da área total. O terceiro grupo, que quanto ao grau de concentração se aproxima mais do segundo do que do primeiro, é formado pelas regiões VII e VIII. Nele cerca de 30% das propriedades possuem menos de 10 ha e ocupam aproximadamente 2% da área total. Nessas regiões, também, 17 a 18% das propriedades têm mais de 100 ha cada uma, ocupando de 75 a 80% da área total.

A Região VI, não mencionada ainda, aproxima-se mais do terceiro grupo quando se analisa o número de propriedades de menos de 10 ha, e mais do segundo grupo quando o motivo da análise é a área dessas propriedades e o estrato de fazendas com mais de 100 ha.

As três regiões que compõem o pri-

meiro grupo, com o menor grau de concentração de propriedade da terra entre 1980 e 1985, apresentaram taxas positivas de crescimento, em número e área, para os estabelecimentos até 100 ha. Decresceram em número e área os estabelecimentos com mais de 100 ha.

As Regiões IV e VII apresentaram crescimento, em número e área, para todos os estratos. As demais regiões cresceram em número em todos os estratos, cresceram em área nos estabelecimentos até 100 ha e decresceram no estrato dos estabelecimentos de mais de 100 ha. Em todos os casos, porém, o crescimento foi significativamente maior no estrato de fazendas de menos de 10 ha.

A mesma tendência verificada para o fracionamento no Estado parece válida para cada região de planejamento. Os estabelecimentos já pequenos vão-se tornando cada vez menores, com importante aumento em número. A área média por propriedade cai, em todas as regiões e em todos os estratos, porém sempre em proporção maior nestas propriedades muito pequenas.

#### A ATIVIDADE ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE

A falta de informações em nível regional, relativas à produção dos principais produtos agrícolas, faz com que os dados



QUADRO 4 – Distribuição Percentual do Número de Estabelecimentos Agropecuários, por Região de Planejamento. Minas Gerais, 1980 e 1985

Regiões de Planejamento	Menos de 10 ha		10   50 ha		50   100 ha		100 e mais ha	
	1980	1985	1980	1985*	1980	1985*	1980	1985
I	35,78	43,32	39,63	—	12,01	46,63	12,58	10,05
II	34,51	37,73	42,75	—	12,32	53,31	10,42	8,96
III	35,37	40,45	40,75	—	12,30	49,83	11,58	9,72
IV	12,42	15,13	28,22	—	17,37	46,59	41,99	38,28
V	12,68	15,41	36,71	—	17,91	54,72	32,70	29,87
VI	21,10	27,87	37,89	—	13,87	49,32	27,14	22,81
VII	30,34	33,93	42,27	—	10,68	51,01	16,71	15,06
VIII	28,18	32,82	40,65	—	13,21	50,78	17,96	16,40

\* A sinopse do Censo Agropecuário de 1985 não publica, em estratos separados, 10 | 50 e 50 | 100, mas em um único de 10 | 100 ha. Portanto, para 1985, a coluna mostra a soma dos dois estratos.

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.

FONTE: IBGE (1980 e 1985).

QUADRO 5 – Distribuição Percentual da Área de Estabelecimentos Agropecuários, por Região de Planejamento. Minas Gerais, 1980 e 1985

Regiões de Planejamento	Menos de 10 ha		10   50 ha		50   100 ha		100 e mais ha	
	1980	1985	1980	1985*	1980	1985*	1980	1985
I	2,72	3,59	16,61	—	14,68	33,62	65,99	62,79
II	3,69	4,33	23,67	—	19,66	45,34	52,98	50,33
III	3,34	4,21	20,47	—	17,70	40,08	58,49	55,71
IV	0,36	0,44	4,17	—	6,59	12,01	88,88	87,55
V	0,45	0,56	6,22	—	8,17	16,10	85,16	83,34
VI	0,53	0,77	4,51	—	4,67	10,72	90,29	88,51
VII	1,89	2,28	10,14	—	7,93	19,49	80,04	78,23
VIII	1,83	2,19	12,31	—	11,20	24,12	74,66	73,69

\* A sinopse do Censo Agropecuário de 1985 não publica, em estratos separados, 10 | 50 e 50 | 100, mas em um único de 10 | 100 ha. Portanto, para 1985, a coluna mostra a soma dos dois estratos.

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.

FONTE: IBGE (1980 e 1985).

agregados para o Estado sejam o único foco da análise. Além disso, alguns dados do Censo de 1985 ainda não estão disponíveis. Feitas estas considerações, será abordada a importância da produção agrícola da pequena propriedade, considerando, por estrato, os principais produtos, o pessoal ocupado e o grau de mecanização

visto pelo número de tratores.

Não é diferente a informação que se obtém da importância dos produtos, por estrato, se a análise leva em consideração a área ou a produção. O Quadro 6 mostra esta informação pelo ângulo da produção, onde se adiciona ainda o rendimento médio observado por estrato.

Mais de 50% da produção de banana (69%), batata-inglesa (72%), feijão (58%), mandioca (61%) e tomate (81%) são produzidos em fazendas com menos de 100 ha de área total; perto de 50% da produção de algodão (48%), arroz (45%), café (44%), laranja (48%) e milho (50%), também são nelas produzidos. A produ-



QUADRO 6 – Rendimento Médio e Distribuição Percentual da Produção Agrícola, Segundo Grupos de Área Total. Minas Gerais, 1980

	Menos de 10 ha		10- 50		50- 100		100 e mais ha	
	Produção (%)	Rendimento (kg/ha)	Produção (%)	Rendimento (kg/ha)	Produção (%)	Rendimento (kg/ha)	Produção (%)	Rendimento (kg/ha)
Algodão	5,98	682	27,53	798	14,45	840	52,04	1.037
Arroz	8,20	1.049	23,37	969	13,94	946	54,49	942
Banana	18,09	933	36,04	875	15,16	894	30,71	931
Batata-inglesa	19,16	14.632	37,22	15.200	15,77	15.713	27,85	16.513
Café	4,63	807	22,63	875	16,73	934	56,01	993
Cana-de-açúcar	2,31	24.562	8,82	28.116	6,36	32.838	82,51	51.530
Feijão	12,27	328	30,79	324	15,36	336	41,58	376
Laranja	10,67	78.289	24,04	72.126	13,64	76.365	51,65	66.701
Mandioca	11,32	8.193	33,89	8.552	15,45	8.959	39,34	8.596
Milho	8,68	1.313	25,44	1.340	15,53	1.449	50,35	1.531
Soja	0,08	1.790	1,54	1.807	3,99	1.654	94,39	1.681
Tomate	30,66	17.041	36,97	15.350	13,51	15.610	18,86	12.342

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.  
 FONTE: IBGE (1980 e 1985).

ção que é originada basicamente na grande propriedade (aqui considerada aquela que possui mais de 100 ha) é a de cana-de-açúcar (83%) e soja (94%). Considerando-se as pequenas e médias propriedades (até 100 ha), nota-se que a maior parcela de produção se encontra na faixa de 10 a 50 ha.

Coerente com os dados apresentados anteriormente e, também, com a distribuição de área total, cerca de 50% das áreas em cultivo permanente e, um pouco menos que isso, das áreas em cultivo temporário, estão em fazendas médias ou pequenas. E, novamente, é evidente a importância das propriedades com área entre 10 e 50 ha (Quadro 7). Essas informações não dizem tudo, por causa da limitação de área por estrato. Quem tem apenas 2% da área não pode produzir muito mais que isso de produto. As fazendas de mais de 100 ha, com mais de 70% da área, cultivam cerca de apenas 50% dos principais produtos agrícolas.

A necessidade de assegurar uma renda mínima, frente à limitação de recursos disponíveis, acaba por implicar em uso mais intensivo destes mesmos recursos. De outro ângulo é possível que a medida

em que se aumenta a área de uma lavoura, vão aumentando os riscos, e mesmo a utilização de máquinas e mão-de-obra vão sofrendo um processo complicador que termina limitando essa expansão, por propriedade.

O Quadro 8 dá, a partir de outro ângulo, uma visão da intensidade do uso dos recursos em terra. Note-se que em "outros usos" estão contemplados todos os usos possíveis, menos lavoura, isto é, pecuária, matas, terras ociosas, terras com benfeitorias e outros. Embora haja uma evolução entre 1980 e 1985, ela não é grande o suficiente para alterar o comportamento. Assim, as propriedades muito pequenas utilizam aproximadamente 50% de suas terras com lavouras; as pequenas utilizam já apenas 24%, as médias, 16%, e as grandes, 8%.

As propriedades de até 100 ha, em Minas Gerais, detêm 68% do pessoal ocupado na atividade agrícola (Quadro 9) e 25% das terras. A informação mais evidente é a de que os estabelecimentos muito pequenos (até 10 ha), com menos de 2% da área, detêm mais de 20% do pessoal ocupado. Neste estrato cada pes-

soa pode cuidar de 1,5 a 1,6 ha em geral, ou 0,77 ha de lavoura. Isso parece um mínimo para assegurar a própria sobrevivência. Possivelmente, a maioria vende parte da própria força de trabalho para assegurar uma renda maior.

Em contraste, cada pessoa ocupada num grande estabelecimento pode cuidar, em média, de uma área de 42 a 47 ha no geral, e de 3,4 ha de lavoura, considerando ainda que cultivam menos de 10% de suas terras e que possuem uma mecanização mais intensiva, como se verá logo adiante. Nesse caso, com 70% da área total, está pouco mais de 30% do pessoal ocupado.

Os estabelecimentos com área entre 10 e 100 ha ocupam aproximadamente 46% das pessoas dedicadas à atividade agrícola que, em média, cuidam de 6 a 15 ha no total, ou de 1,5 a 2,1 ha de lavoura. Portanto, a distribuição do número de pessoas ocupadas na atividade agrícola não guarda relação com a distribuição da área total das propriedades. Aquelas de menor tamanho absorvem relativamente mais pessoas do que as de maior dimensão.

A distribuição do número de tratore



QUADRO 7 – Participação Relativa das Áreas em Cultura Permanente e em Cultura Temporária, Segundo Grupos de Área Total. Minas Gerais, 1980 e 1985

Grupos de Área Total (ha)	Culturas Permanentes		Culturas Temporárias		Total	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Menos de 10	6,51	8,34	6,99	7,95	6,88	8,04
10  — 50	25,34	27,45	22,36	22,20	23,07	23,44
50  — 100	16,04	16,21	13,66	13,34	14,22	14,02
100 e mais	52,11	48,00	56,99	56,51	55,83	54,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.

FONTE: IBGE (1980 e 1985).

QUADRO 8 – Intensidade do Uso das Terras com Lavouras. Minas Gerais, 1980 e 1985.

Área (ha)	1980			1985		
	Culturas Permanentes	Culturas Temporárias	Outros Usos	Culturas Permanentes	Culturas Temporárias	Outros Usos
Menos de 10	10,72	36,85	52,43	12,25	37,71	50,04
10  — 50	6,10	17,24	76,66	6,72	17,55	75,73
50  — 100	4,05	11,04	84,91	4,33	11,51	84,16
100 e mais	1,62	5,69	92,69	1,71	6,52	91,77
Total	2,45	7,85	89,70	2,74	8,85	88,41

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.

FONTE: IBGE (1980 e 1985).

QUADRO 9 – Pessoal Ocupado, Segundo a Área Total. Minas Gerais, 1980 e 1985

Grupos de Área Total (ha)	1980			1985		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada
Menos de 10	425.021	18,68	18,68	579.945	21,84	21,84
10  — 50	753.231	33,11	51,79	871.240	32,80	54,64
50  — 100	316.850	13,93	65,72	352.124	13,26	67,90
100 e mais	779.962	34,28	100,00	852.602	32,10	100,00
Total	2.275.064	100,00	—	2.655.911	100,00	—

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.

FONTE: IBGE (1980 e 1985).



QUADRO 10 – Número de Tratores, Segundo a Área Total. Minas Gerais, 1980 e 1985

Grupos de Área Total (ha)	1980			1985		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Simples	Frequência Relativa Acumulada
Menos de 10	1.217	2,47	2,47	1.654	2,82	2,82
10   50	6.547	13,29	15,76	8.537	14,56	17,38
50   100	6.488	13,18	28,94	7.800	13,30	30,68
100 e mais	34.992	71,06	100,00	40.641	69,32	100,00
Total	49.244	100,00	–	58.632	100,00	–

Elaboração: EPAMIG-DPEP/EMBRAPA-CNPMS.  
FONTE: IBGE (1980 e 1985).

existente por estrato, por seu lado, já apresenta relação bem estreita com a distribuição da área total (Quadro 10). Observa-se, contudo, que as pequenas e médias propriedades, considerando a área total, possuem proporcionalmente mais tratores do que as grandes. Por exemplo, em 1985, as propriedades com menos de 10 ha, que ocupavam 1,86% da área, possuíam 2,82% dos tratores, e os estabelecimentos de mais de 100 ha, ocupando 76,70% da área, possuíam 69,32% dos tratores. Como conseqüência, há uma relação de 1 trator para 519 ha em propriedades muito pequenas, 1 para 604 ha nas médias e 1 para 870 nas grandes.

Porém, como a área com lavoura por estrato não segue a mesma proporção, a relação trator/área se altera de 1 para 70 ha nas grandes, de 1 para 90 a 150 nas médias e aproximadamente de 1 para 260 ha nas pequenas. Isto porque a parcela dedicada às lavouras é proporcionalmente maior nas pequenas do que nas grandes propriedades.

Analisando-se os rendimentos culturais dos principais produtos, fica clara, para sete deles – algodão, batata, café, cana, feijão, milho e mandioca, uma tendência de aumento com o crescimento da área do estrato. Para os demais, à exceção da banana, que tende a uma manutenção, a tendência é de ligeira queda, inclusive na soja, um produto muito importante para o grande produtor.

É evidente, porém, o aumento da produtividade do trabalho à medida em que cresce o tamanho da propriedade.

Apesar disso a intensidade no uso da terra com lavoura decresce. Esta é uma forte evidência em favor da hipótese anteriormente levantada nesta seção de que a expansão de área com lavoura na propriedade sofre limitações decorrentes do aumento de risco e, talvez, dificuldades impostas ao manejo (limitações à expansão do capitalismo no campo podem ser vistas em Aidar & Perosa Jr. 1981). Esta hipótese não leva em consideração a rentabilidade de outras atividades como a pecuária, o reflorestamento e nem embute em si os altos custos de recuperação das áreas sob vegetação dos cerrados, não-analisados aqui por falta de informação, mas que merecem atenção.

De qualquer forma, apesar das limitações, as informações aqui contidas dão uma dimensão da importância da pequena propriedade em Minas Gerais. Ela responde por boa parcela da produção de alimentos (perto de 50%) e ainda contribui com alguma coisa na produção de fibras e matérias-primas para energia. Os estabelecimentos com área inferior a 10 ha, que apresentam limitações sérias de recursos para a produção de cereais (e também carne e leite), ainda assim dão a sua contribuição significativa.

O aspecto singular é a distribuição do pessoal ocupado na atividade agrícola. Quanto menor a propriedade, relativamente mais pessoas ela abriga. Ela parece assim um depositário de trabalho eventual para a média e a grande propriedades, e como que um fator de equilíbrio nas relações produtivas cidade x campo. Aqueles

que não puderam ou não quiseram deixar o campo rumo à cidade mantêm-se ali numa economia de sobrevivência e muitos deles, nesse processo, asseguram o pequeno patrimônio que adquiriram ou herdaram.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena e média propriedades agrícolas abrigam perto de 70% da população ativa do campo e contribuem com parcela substancial da produção de alimentos. Isso é verdade em Minas Gerais e parece não ser diferente no Brasil.

Essa população sobrevive produzindo os próprios alimentos, buscando integração com o mercado através da venda do excedente de produção e/ou da venda sazonal da força de trabalho. Enquanto assim está, aguarda sua melhor oportunidade, seja no próprio campo, com outras atividades, outras técnicas ou outros salários, seja na cidade, pela expansão da economia e da geração de empregos. O seu poder de barganha é pequeno e, portanto, suas conquistas são raras. Não tem consciência da sua importância no setor e isto a faz humilde e, às vezes, até passiva.

Seria muito importante que a análise não se fizesse apenas com os números frios como aqui se conduziu. A verdadeira dimensão da pequena propriedade está presa a aspectos históricos, sociais, econômicos, ecológicos e políticos.

Ao estudioso atento não escapa o fato de que muitas pequenas propriedades estão agrupadas em comunidades bem



definidas, tanto por limites geográficos quanto por condições de clima, solo e sociais. É comum, em Minas Gerais, observarem-se sub-regiões prósperas, com grandes propriedades capitalizadas e produtoras, com boas condições econômicas, ao lado de outras que são formadas por pequenas propriedades pouco capitalizadas, com homens pobres e pobre tecnologia de produção. Muitas destas pequenas comunidades apresentam um aparente equilíbrio entre os homens e a natureza resguardando-se, possivelmente, das forças externas que o mercado oferece e que tenderiam a destruí-los gradativamente.

Antes que haja os planos governamentais destinados a "modernizar" estas comunidades, é necessário conhecer profundamente as razões desse equilíbrio entre o homem e a natureza, entender os seus objetivos e respeitar, antes de tudo, o seu bem-estar, do seu ponto de vista e não na visão do observador. Qualquer coisa que assim não seja, poderá estar sendo contra o pequeno produtor e sua gleba, e não a favor, como é dever.

A pequena propriedade agrícola em Minas Gerais, como no Brasil, tem que ser pensada e analisada com profunda responsabilidade e respeito e avaliada a sua real dimensão histórica, do ponto de vista econômico, social e político. E, como último alerta, defender essa gente não é agredir os outros que não são pequenos. Muito melhor do que isso, defender uns é ajudar os outros.

#### REFERÊNCIAS

- AIDAR, A.C.K. & PEROSA JR., R.M. "Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura". *Revista de Economia Política*, 1(3): 17-39, 1981.
- GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1980.
- IBGE. *Sinopse do Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, 1985.
- PADIS, P.C. "A fronteira agrícola". *Revista de Economia Política*. 1(1): 51-75, 1981.
- PRADO JR., C. "A reforma agrária e o momento nacional". In: PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. Ed. Brasiliense, 1979. pá. 121/41.
- SCHULTZ, T.W. *A transformação da agricultura tradicional*. São Paulo, Zahar, 1965.

# A MODERNIZAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR

Sebastião Teixeira Gomes *1/*

## INTRODUÇÃO

As estratégias de desenvolvimento econômico de pequenos agricultores aplicadas no Brasil têm-se baseado na modernização de suas atividades agrícolas. A lógica desse procedimento é que a modernização aumentaria a produtividade agrícola, que, por sua vez, elevaria a renda e promoveria o desenvolvimento econômico. A partir dessas idéias este trabalho objetivou analisar o desempenho do crédito rural como instrumento de modernização de pequenos agricultores e examinar um dos fatores que condiciona a modernização do pequeno agricultor: rentabilidade das atividades agrícolas predominantes em seus sistemas de produção.

A área selecionada para a análise foi a Zona da Mata-MG, onde se instalou, no período de 1977/84, um programa específico para promoção de pequenos agricultores, o PRODEMATA - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata.

Os dados utilizados neste trabalho pertencem ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa - DER/UFV e foram coletados para a avaliação do PRODEMATA.

Os dados são provenientes de levantamentos anuais junto a produtores da Zona da Mata-MG, no período compreendido entre os anos agrícolas de 1976/77

e 1982/83. O DER/UFV utilizou o sistema de amostra "cativa", ou seja, o mesmo agricultor foi entrevistado todos os anos.

Da amostra total usada para a avaliação do PRODEMATA, extraiu-se uma subamostra de 138 agricultores, relativa aos proprietários de propriedades rurais de até 20 ha. Para estabelecer a área limite, considerou-se o trabalho de Alvaranga et al (1983) sobre o tamanho mínimo de propriedades para auto-sustentação de uma família na Zona da Mata-MG.

## RESULTADOS

### Crédito Rural e Desenvolvimento Econômico do Pequeno Agricultor

Nas últimas duas décadas, o crédito rural tem sido um dos principais instrumentos de política agrícola, suprindo as deficiências de recursos financeiros dos produtores e viabilizando o desenvolvimento econômico do setor agropecuário.

Também nas intervenções do governo em programas especiais para o pequeno agricultor, o crédito assume posição de destaque. No PRODEMATA (1980), por exemplo, o critério utilizado para classificar um agricultor em assistido ou não pelo programa foi o crédito rural orientado, ainda que o programa tenha tido outros instrumentos, tais como: cooperativismo, recuperação de várzeas, reflorestamento, pesquisa e demonstração, nutrição, saúde e educação.

*1/ Engº Agrº, D.S. - Prof. Economia/UFV/Departamento de Economia Rural - 36570 Viçosa-MG.*